

Capturas possíveis da pesquisa “Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio”¹. (Sobre o fichamento para consultas na pesquisa).

Logo na introdução, a pesquisadora se dispõe a caracterizar a cidade como o lugar político onde se definem conflitos, reivindicações e disputas de interesses enfrentados de diversas maneiras. A partir do momento em que o sujeito se vê fora do alcance de lutar por seus direitos, sob a ótica da autora, ocorre um processo de despolitização na cidade que apazigua os conflitos. Dessa forma, neutralizam-se as desigualdades sociais gritantes existentes a partir das relações de produção e reprodução do capital.

A pesquisa se direciona pela busca de sociabilidade urbana a fim de reconhecer os atores políticos que, hoje, participam no uso da cidade com lutas para obter moradia e renda, por cidadania. Para isso, se dispõe a analisar um mutirão autogestionário para construção da casa própria e um banco comunitário na zona Sul, ambos na cidade de São Paulo.

Em seguida a pesquisadora estabelece uma ligação entre trabalho e cidade, uma vez que a transformação dos espaços por meio da racionalidade e da técnica conduz ao progresso e as dinâmicas de cada sociedade. No Brasil, observa-se essa relação no uso dos espaços produzidos – no que diz respeito à moradia e relações sociais –, já que a distinção centro/periferia se dá em âmbito físico-espacial e vem à tona com a concentração de infraestrutura urbana nas áreas de maior renda.

¹ BERGAMIN, Martha de Aguiar. *Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio*. São Carlos, UFSCAR, 2012.

No que diz respeito ao mutirão, observa-se sobre duas óticas: a consideração de políticas sociais e seus encaminhamentos nas últimas gestões da cidade e um olhar sobre os sujeitos produzindo sua própria história, construindo a vida e estratégias para lidar com o seu trabalho. Articula-se, dessa maneira, um pensamento do trabalho a partir dos locais de moradia, uma vez que tanto o mutirão quanto o banco atuam como atividades econômicas estritamente ligadas aos locais de moradia.

“Assim, trabalho ajuda a organizar essa vida na cidade e vai pautando a produção dos sentidos – sentidos necessários para a construção de uma trajetória urbana em que cada sujeito experimenta a formação de nexos para as suas experiências. Esta pesquisa, assim, tem como objetivo investigar as diferentes experiências do trabalho e observar como estas se entrelaçam com a situação dos indivíduos na cidade: como os trabalhadores lidam com o trabalho e que sujeitos são esses que vão se constituindo a partir desses contextos transformados do trabalho e da cidade?”²

Ressalta-se que nesse processo, a constituição da autogestão para o trabalho da obra confere uma gama controlada de decisões possíveis de serem feitas pela coletividade: há outra série de decisões feitas por instâncias técnicas e burocráticas e com seus discursos, que não deixam margem para decisões coletivas. A autogestão é feita “na medida do possível”; há assembleias para decidir sobre andamento da obra, gastos, escolhas coletivas dos materiais de construção a serem utilizados, etc.; mas há decisões que tomam um caráter técnico, e podemos ver certo conformismo sobre o andamento da obra que não consegue movimentar para além dessas necessidades.

Segundo a pesquisadora, a criação de bancos populares nos bairros de periferia objetiva fomentar, através do acesso ao microcrédito para

² Idem, p. 16

financiamento de empreendimentos realizados nos bairros, um desenvolvimento das atividades econômicas e das relações entre os moradores onde os bancos estão localizados. Os empréstimos sociais cobrem as necessidades de crédito para fomento de um crescimento da economia local e para cobrir emergências, entre outras coisas.

Um fator fundamental para desenvolvimento dos bancos é a circulação da moeda social aceita nos comércios locais. Um banco comunitário possui essencialmente um papel de articulação das relações sociais do bairro, que passam pelas relações de trabalho, geração de renda, fortalecimento da economia familiar, além de outras possibilidades como o que ocorre no banco popular aqui apresentado: o Banco Comunitário União Sampaio, localizado no Campo Limpo, Zona Sul da cidade de São Paulo.

Ressalta-se a ligação entre o banco e a Agência Popular Solano Trindade, constituída para organizar e dar forma a um mercado de trabalho da cultura de periferia. Os movimentos de cultura da Zona Sul de São Paulo vêm se fortalecendo e se estabelecendo como polos de produção de cultura. Os saraus mais antigos têm 10 anos de constituição e são lugares de apresentação de uma produção cultural da periferia, e, segundo a pesquisadora, essa produção estética mostra a periferia olhando para a sua própria condição e falando dos seus temas, o que traz uma visibilidade inexistente até então para essas temáticas. A abertura da Agência é muito recente, seu funcionamento é diferente da moeda social do Banco Sampaio, para ela o grupo constituiu uma nova moeda: o Solano, lançada em Setembro de 2011. A Agência Solano Trindade reúne coletivos, artistas e profissionais solos para uma troca de serviços ligados à produção de cultura na periferia; essa troca é realizada em parte na moeda social e em parte em Real, para garantir um campo de negociação na forma como os pagamentos serão realizados.

Para ela, o desenvolvimento da Agência Popular de Fomento a Cultura Solano Trindade começa a articular novos atores sociais que organizados em rede podem ganhar uma força, que não teriam de outra forma, para realizar projetos mais ambiciosos. O fomento à cultura local pela Agência está vinculado à experiência do Banco Sampaio. A principal meta seria estabelecer trocas de serviços com uma moeda própria baseada em trabalho e, intercambiável em Sampaio, para que se montasse uma “cadeia produtiva” que pudesse incentivar os jovens da comunidade a se profissionalizar artisticamente e também em áreas afins, como a produção técnica musical, por exemplo.

Constata-se que esse conjunto de transformações que os movimentos culturais trazem para o bairro e adjacências e que começaram a ganhar corpo nos últimos anos constituem indícios de que há novas formas de conviver. Os encontros frequentes mostram nova sociabilidade para os jovens, com atividades como os saraus culturais semanais; só no entorno do Capão Redondo e Campo Limpo são ao menos três com atividades em um dia fixo da semana. A Associação foi também ela um Ponto de Cultura, programa do Ministério da Cultura, que fomenta atividades culturais como ensino de música para crianças (nesse caso, aulas de instrumentalização para tocar samba aconteceram em um bar, que também se torna um local de referência para os jovens). O programa Ponto de Cultura, do Governo Federal, pôde trazer certa descentralização das produções artísticas que envolvem também a própria definição do que é a arte, como ela é produzida e em que lugar ela é produzida⁷⁸. Os grupos da periferia puderam acessar recursos de financiamento público de forma mais facilitada para viabilizar seus projetos, muitos já existentes, esse processo mostra que a discussão é absolutamente pertinente.

Para remontar a história deste coletivo remete-se a alguns escritores e artistas da Zona Sul da cidade que ganharam reconhecimento nacional e abriram as portas para a expressão de novos artistas. Essa produção cultural

começa a se orgulhar deste lugar social e pode, então, falar sobre a periferia para a periferia. Alguns artistas começaram este processo de produção literária e musical vinculada aos temas da periferia como a violência, inclusive policial – temas que antes não eram retratados desta maneira e hoje constituem uma reflexão que expande horizontes, porque a vida na periferia não se resume a episódios de violência e isso também quer ser mostrado pelas mais diversas expressões artísticas.

Afirma-se, dessa forma, que com a formação do Banco Comunitário abriram-se novas possibilidades. As experiências que já vêm se articulando há alguns anos na Zona Sul, com os saraus, a literatura produzida ali, os coletivos de música, teatro, etc., mais o contato do Banco Sampaio com o coletivo Fora do Eixo, trouxe a ideia da formação de uma Agência de Produção Cultural “das quebradas”. Um circuito de troca de trabalhos e serviços que pudesse ligar de forma mais forte e efetiva as iniciativas culturais que já existem naquela parte da periferia da Zona Sul.

A realização desse projeto vem sendo construída através de reuniões com os coletivos de produção de cultura que possam se integrar a essa estruturação de um mercado fora do eixo convencional de produção e consumo da arte produzida na periferia, ou que se encontrem fora da produção e comercialização de mercado. Foram feitas diversas reuniões com os grupos da Zona Sul, para entendimento e apropriação do projeto por todos que pudessem se interessar pela ideia, mas também foram realizadas reuniões em outras regiões da cidade para uma divulgação mais geral do projeto, fora do circuito já conhecido de produção e cultura. A Agência Popular de Fomento a Cultura Solano Trindade, ainda em momento de formação dos seus processos e procedimentos, propõe trocas de serviços e horas de trabalho a se realizarem através do fomento de uma nova moeda social, o Solano. O objetivo é de que os coletivos e artistas individualmente possam realizar trocas com novas

mediações de valorização do valor. Repensar as formas de participação a partir do trabalho traz significados distintos para os atores sociais que começam a articular essa produção cultural e de trabalho de novas formas, relacionando os trabalhos não mais com os valores estabelecidos pela mediação do trabalho abstrato.

Comum à literatura já estabelecida, com Ferréz e Sérgio Vaz, com grupos musicais com reconhecimento nacional como o Racionais MC's e outros começa uma efervescência ligada à produção de cultura para esta parte da cidade nunca antes retratada, nunca antes reconhecida. Com a instituição dos saraus, o Sarau da Cooperifa, com Sérgio Vaz – já com 10 anos, o Sarau do Binho, também com essa idade, e, mais recentemente, o Sarau da Vila Fundão, além de outras experiências, este movimento foi ganhando corpo. Mano Brown montou um estúdio de gravação junto com Ferréz no Capão Redondo, e a 1 da sul de Ferréz é uma marca de roupas com mais de dez anos, hoje uma marca reconhecida. Todas essas iniciativas vão se tornando exemplos, incentivos para que os jovens possam ter uma inserção social ligada à cultura. Esses processos são importantes, pois devemos lembrar que mesmo com aquecimento da economia as opções de trabalho para os jovens na periferia são extremamente limitadas e estão sempre entre uma inserção muito precarizada em “subempregos” e a saída para atividades ilícitas. Essa produção de literatura, música, de uma arte feita na periferia 204 que retrata a periferia, a mesma que antes não era tema a ser tratado e “consumido” dessa maneira, tem, nesse contexto, uma grande importância.

Ao determinar-se que na periferia só se faz uma produção artística que não merece ser vista como discurso produzido sobre a realidade desqualifica o que ali acontece. As políticas e os programas públicos que incentivam certa descentralização dessa produção artística, como os Pontos de Cultura do Minc no Governo Federal e o programa VAI, no âmbito Municipal, possibilitaram

concretamente a realização de diversas ações e produções que puderam ser reunidas, no caso da constituição da Agência Solano Trindade, para que essa descentralização da produção dos discursos artísticos possa ser desenvolvida com maior reverberação também na periferia. A periferia falando sobre a periferia e para a periferia (e depois ganhando a cidade) pode ser vista como uma nova forma de produzir discursos, o que RANCIÈRE (2005) chama de nova partilha do sensível. Há a formação de um novo campo de disputas.

Assim, interpreta-se a pesquisa como uma categoria política. Trabalhar produz um sentido que conduz os indivíduos na sua vida social, o que nos remete à relação de pertencimento à cidade (ou em sua negatividade, à denegação desse reconhecimento). Podemos pensar, a partir das relações que todos esses tipos diferentes de trabalhos aqui analisados nos mostram, que direta ou indiretamente o trabalho pode produzir sentidos diferentes para as sociabilidades individuais e coletivas. Os jovens começam a vislumbrar essa produção de cultura como uma entrada no mercado de trabalho, enquanto outros atores sociais também vislumbram a possibilidade de realizar interesses por meio de projetos ligados a essas iniciativas. Assim, o que podemos apontar é que ainda há espaço para a articulação de um campo de forças de disputa em que não serão todas as iniciativas a sucumbirem inteiramente aos interesses do dinheiro. Esse é um debate e tanto, pelo risco, sempre presente, de que as experiências se fixem nos ganhos já conquistados e não consigam mais refazer um movimentismo fundamental com força suficiente para se contrapor à sociabilidade sempre convidativa do capital. E, de certa forma, o processo observado na formação da Agência Solano Trindade já é uma segunda geração desse movimento político de produção de cultura da Zona Sul da cidade de São Paulo, que vem realizando novos modos de produzir uma estética, no sentido de percepção de mundo, que possa, ainda, criar novas reivindicações políticas.

Possíveis referências para a pesquisa de iniciação:

- BONDUKI, Nabil. *Origens de Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo. Estação Liberdade, 2004.

– sobre a construção do discurso centro/periferia.

“Crescimento exponencial da cidade de São Paulo com a industrialização do XX gerou novas preocupações aos dispositivos de gestão urbana no que diz respeito a habitação. A formação de cortiços e aglomerados se tornaram formas de habitação recorrente aos menos abastados, de maneira a ser visto pelas elites como propagadores de doenças e sujeira, dando origem a uma política de higienização e construção de habitação popular por financiamentos do governo – que por fim se dirigiam a classe média, e não popular – dando um caráter moralizante a cidade. Assim, na década de 70 e 80, aqueles que não tinham condições de contar com a formalização de suas moradias encontraram solução nas favelas. Assim, os moradores da cidade traçam suas estratégias para conviver com a pobreza e situações urbanas precárias para concretizar realizações que deem sentido para suas vidas”.

- KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.

- sobre a construção do discurso centro/periferia

“Tais dispositivos de gestão submetem as populações pobres a um papel de espoliação urbana, nos termos de, constituindo a história da cidade, a história da habitação como história da falta de habitação de qualidade e de urbanização adequadas para grandes parcelas da população do município. Os

investimentos privilegiaram a elite, e a construção de grande parcela de cidade foi sendo deixada para a autoconstrução. Disto decorrem as zonas periféricas e todos os seus problemas urbanos: assentamentos irregulares, áreas de risco ocupadas, acessibilidade precária, falta de serviços públicos, falta de urbanidade” (p. 28).

- MARQUES, Eduardo César; TORRES, Haroldo (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2005.

sobre a construção do discurso centro/periferia

“Os estudos sobre as periferias e a construção de espaços segregados mostram uma discussão importante sobre os temas urbanos que foram se tornando focos de análises nos anos 1970 e 1980. As formas de expansão da cidade de São Paulo encontram-se ligadas às formas de distinção social da elite em relação aos trabalhadores” (p.31).

- CALDEIRA, Tereza. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

- sobre a construção do discurso centro/periferia.

“As moradias próprias eram caras e escassas já antes de 1940, e os processos de urbanização que ocorreram depois deste período foram feitos com modelos segregadores, afastando os trabalhadores das áreas centrais com mais infraestrutura urbana através de loteamentos afastados do centro da cidade. “A expansão da cidade feita com base nesse processo segregador, do ponto de vista social, e caótico, do ponto de vista urbano, teve como resultado a criação de um espaço claramente diferenciado e a exacerbação das marcas sociais”. Em

consequência deste processo, temos a contradição de uma certa “ordem”, mantida às custas de graves crises sociais, com padrões de sociabilidade devastados pelo espraiamento da violência, falta de acessibilidade, carência de oportunidades de trabalho (entre outras características que poderíamos ressaltar, para tratar das dificuldades estremadas de se viver na periferia da cidade). Seus moradores vão se acostumando com essa busca por uma vida na cidade que cumpra um mínimo de expectativas e formam representações que ajudam neste processo de comprometimento com certos padrões que vão se estabelecendo” (p. 31).

- SADER, Eder. *Quando os Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

– sobre os movimentos sociais.

“A dinâmica dos movimentos sociais no final da década de 1970 e nos anos 1980, até sua representação na Constituinte de 1988, foi extremamente rica e se apresentou como promessa de transformações mais radicais na política brasileira. Era a formação de uma sociedade e de um Estado democrático que pautava todo um movimento de atores dos mais diversos lugares sociais. Foram anos de muita movimentação e de luta por melhorias nos serviços públicos e suas ofertas” (p. 35).

- CAVALCANTI, Gustavo C. Vidigal. *Uma Concessão ao Passado: trajetórias de União dos Movimentos de Moradia em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

– sobre os movimentos sociais. (e Foucault)

“A UMM mantém-se bravamente atuante nessas gestões, mas perde sua força reivindicatória na gestão de Marta Suplicy (2001-2004), enredada nas formas de financiamento do próprio movimento e do seu aparelhamento nas instâncias do poder municipal, o que acaba por abrandar as forças movimentistas. A noção de governamentalidade de Foucault possibilita entender como este processo ocorre nas formas mais precarizadas de trabalho no Brasil. As formas de governar estabelecem entre os governados e a sociedade uma relação mediada pelo modo como estas instâncias de poder concebem o que é a própria sociedade e como os indivíduos devem viver ali” (p 44).

- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Vol. III, Paris. Gallimard, 1977.

– **sobre dispositivo.**

“Foucault fala do dispositivo como uma rede que forma os sistemas de subjetivação, de pensamentos e crenças, amarrando a produção dos sentidos. Neste caso, muitos (os mutirantes que ainda não moram nos prédios ainda em construção) têm o presente marcado por uma suspensão: a situação de moradia que não pode ser totalmente ajeitada enquanto a obra não termina, o que significa dizer que a vida fica suspensa pelo presente de muito trabalho, de muito esforço para conquistar a casa própria, que para todos unanimemente é a grande conquista da vida, mas que, como programa social, neste caso do mutirão, representa o uso do tempo de trabalho que mal é contabilizado para abatimento no valor a ser financiado e pago pelo apartamento” (p. 41).

-TELLES, Vera de S. *Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo. Humanitas, 2006.

– sobre a distinção centro/periferia

“Este processo de *desassalariamento* a que camadas importantes da população foram submetidas nos momentos de intensificação de crises econômicas modifica as paisagens sociais, tornando realidade o convívio das comunidades com essa nova cultura mais cindida com o trabalho formal. Há uma massa de pessoas que o mercado de trabalho não absorvia e, assim, houve uma busca de outras formas de reconhecimento social, alocada em outras chaves interpretativas (o consumo, os círculos sociais, as atividades voltadas para remuneração, que trazem “outras” perspectivas sociais). Essas novas relações marcam a constituição das comunidades periféricas em São Paulo, deixam seus traços muito presentes no cotidiano — como o medo da perda do emprego ou do trabalho, a falta de uma moradia digna ou a dificuldade em conquistá-la, a precária acessibilidade — e acabam por imprimir marcas sociais nesses moradores da periferia. Afirmando essas características, vamos formando o contexto social no qual o universo da pesquisa está situado, e mesmo que esta não seja exatamente a realidade que cada um enfrenta diretamente, essas marcas ficam e se consolidam nas representações que os indivíduos constituem sobre a cidade, em como conquistar direitos e a sua autoimagem de trabalhadores”(p 57).

- DELGADO, C. e THEODORO, Mário. Desenvolvimento e Política Social. In. JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, Ipea, 2009. pg 409 a 435.

– sobre a distinção centro/periferia.

“A forma moderna que a condução das políticas sociais toma depois da constituição de 1988 é uma modernização das formas, das leis, que chega para uma parcela da população, mas chega muito mais lentamente para outras parcelas mais empobrecidas da sociedade brasileira. A modernidade dos direitos adquiridos das classes médias e da absurda falta destes mesmos direitos — ou de grande parte deste — a que são submetidos os mais pobres. A modernidade da exclusão, da não inclusão, da ausência de políticas, da falta de respostas institucionais, do silêncio para com amplos segmentos da população. Não é falta de Estado, mas a constituição de uma dada conformação de Estado, conformação esta que se coaduna com um espectro social onde graça a desigualdade em sua reprodução ampliada”(p.61).

GONÇALVES FILHO, José Moura. *A Humilhação Social: humilhação política*. In. SOUZA, Beatriz de Paula (org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2007.

– sobre a distinção centro/periferia.

“Ao tratarmos da desigualdade social, é possível que a dominação passe despercebida, mas é fenômeno político por excelência; não é possível tratar deste tema sem fazer referência ao poder, referência que se torna obrigatória e politiza a sua discussão. Igualdade é uma categoria política, diz, que supõe a “supressão da dominação”. Em situações de rebaixamento social, há sempre um humilhador e um sujeito que se deixa humilhar; em “experiências de humilhação”, movimentam-se sentimentos passados que não se consegue elaborar de outra maneira: o sujeito não é humilhado por vontade própria, mas porque aprendeu a se portar socialmente de maneira a acreditar que é inferior

quando posto em determinadas situações, que lhe são certamente angustiantes”(p.70).

- FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal,1984; AGAMBEN, Giorgio. *O que é o Contemporâneo? E Outros Ensaio*s. Chapecó. Argos, 2009.

– sobre o conceito de dispositivo.

“Os dispositivos, como mostra e também na apropriação do termo por para problematizar a política contemporânea nos mecanismos de reprodução e criação de novas instâncias de poder, ficam inscritos também nas referências corporais; a própria materialidade do poder se inscreve no corpo social, acrescenta o primeiro daqueles autores. Os mutirantes incorporam em suas referências corporais esse trabalho fora do trabalho, esse sobretrabalho, exigido para essa busca da casa própria”(p.78).

- FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal,1984.

– sobre pertencimento.

“As instâncias educacionais das sociedades estão voltadas para docilizar os corpos, ou seja, ensinando essa disciplina e interiorizando padrões de sociabilidade que levem o homem a ter um comportamento adequado nos ambientes disciplinares. No processo de aprendizagem escolar e familiar, a disciplina inscreve-se no corpo, e esta adequação é o modo de buscar um pertencimento” (p.83).

-HONNETH, Axel. *A Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo. Editora 34, 2003.

– **sobre o reconhecimento social**

“O reconhecimento social, pode ser compreendido numa perspectiva de luta social, na medida em que há para os sujeitos uma denegação (de amor, de direitos, de solidariedade) em algumas das esferas que formam uma identidade social completa. O reconhecimento social é o grande motor para a luta pela reparação dessas injustiças, tendo suas motivações nas dimensões intersubjetivas e fazendo parte de uma busca para a completude do sujeito social. Para este autor, há três esferas de reconhecimento que podem levar os sujeitos a participar de um movimento social como forma de reparação de injustiças: a esfera emotiva, que promove o desenvolvimento da autoconfiança; a esfera dos direitos, que desenvolve o autorrespeito; e a esfera social, que desenvolve a autoestima. A teoria de HONNETH sobre o reconhecimento social ajuda a articular, na análise desse tipo de participação, elementos fundamentais mobilizados nas práticas dos movimentos sociais, mas também das lutas individuais, para que sua participação possa caracterizar este processo com ganhos simbólicos para uma ressignificação da vida e das formas de viver na cidade. Nesse comércio algumas lojas aceitam o Sampaio como meio de pagamento: uma loja de materiais de construção, uma de lingerie, uma lanchonete e outros tipos de comércio, como o Sarau do Binho e o Sarau da Vila Fundão. Mais de vinte comerciantes aceitam e ajudam a fazer a moeda circular. Os comerciantes que aceitam Sampaio foram “convencidos” pelos funcionários do Banco a participar do projeto. Muitos ainda vão até o Banco trocar as moedas sociais recebidas no dia a dia por Reais” (p. 58).

-RIZEK, Cibele. *Cidade, Comunidade, Violência*. Texto apresentado na Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia, 2006.

– **sobre o “comunitário”**

“O termo “comunitário” é objeto de reflexão crítica. Nesse texto a autora afirma que as relações comunitárias nomeiam uma série de elementos que são positivados no próprio uso do termo, que acaba sendo utilizado para apresentar certa relação com a cidade nessa chave positiva, como algo que deve ser construído pelos moradores, quase de forma compulsória. Os moradores que enfrentam a pobreza acabam sendo caracterizados como “públicos alvos”: políticas sociais, associações, ONGs, etc., estão sempre em uma disputa por recursos escassos para as necessidades e tornam a pobreza como objeto dos seus projetos, processo em que a “comunidade” se torna referência para essa construção. “(...) porque são propostos e vividos como territórios de igualdade, ali mesmo onde a desigualdade, o controle estrito, a escassez e, por fim, a desigualdade se desenham no plural” (idem, p. 9). A cidade forma uma nova ordem antiurbana nesses territórios onde a conquista da igualdade e da autonomia são horizontes distantes, afirma RIZEK, 2006. E isso provoca um movimento de apropriação dessa ordem em um processo de naturalização da pobreza e suas consequências, como algo que tem que funcionar de forma operacionalizável pelos atores envolvidos nesse processo”(p. 139).

-LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo. Centauro, 2001.

– **sobre a noção de urbano.**

“Para buscarmos caminhos de compreensão dessa vida em São Paulo podemos ver como Lefebvre constrói a noção do urbano sempre se referindo à

construção de uma obra onde o homem pode realizar a sua natureza e investigando como essa natureza consegue se exprimir. Nesta perspectiva, enxergaremos outras faces da cidade. Para o autor essa obra facilmente pode se voltar contra o homem impedindo-o de realizar-se na cidade, com um empobrecimento dessas relações de humanidade”(p. 155).

-MARTHA DE AGUIAR BERGAMIN (na própria tese)

– sobre economia solidária

“Economia solidária tem sua origem no Brasil nas iniciativas de projetos de diversos lugares sociais que vão construindo novos modelos de formação de empreendimentos de geração de trabalho e renda e buscando o fortalecimento de relações democráticas e de maior autonomia. Hoje, a economia solidária pode ser vista como uma forma de buscar fortalecer os trabalhadores na relação capital/trabalho, isso porque se busca constituir essa relação laboral em outras chaves de gestão e propriedade dos meios de trabalho, mas também é preciso observar que esse é um campo que trata de precariedades no mundo do trabalho” (p. 159).

Fonte: BERGAMIN, Martha de Aguiar. Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio. São Carlos, UFSCAR, 2012.